



ACADEMIA Lirolla

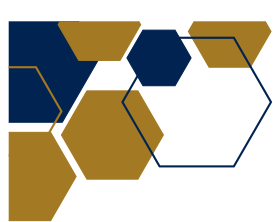


Blindagem LGPD: 10 bases legais



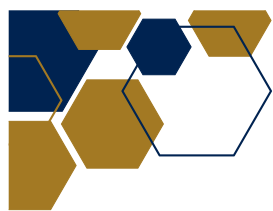
www.academialirolla.com.br

"Onde a educação digital da equipe falha, a blindagem jurídica termina." – **Oswaldo Lirolla**



Tratamento de Dados Pessoais (Art. 7º da LGPD)

Base Legal	Descrição	Relevância no Contexto de Negócios / Público
1. Consentimento	Autorização livre, informada e inequívoca do titular para uma finalidade específica.	Comum em newsletters, marketing direto ou aceitação de cookies não essenciais. Risco: O titular pode revogar a qualquer momento.
2. Obrigação Legal ou Regulatória	O tratamento é necessário para cumprir uma lei ou regulamento.	Utilizada na área financeira (receita federal, emissão de notas fiscais) ou em relatórios obrigatórios para órgãos públicos.
3. Execução de Políticas Públicas	Para a realização de estudos por entidades de pesquisa (garantindo o anonimato dos dados sempre que possível).	Aplicável a projetos de pesquisa de mercado ou academia.
4. Estudos por Órgão de Pesquisa	Para a realização de estudos por entidades de pesquisa (garantindo o anonimato dos dados sempre que possível).	Aplicável a projetos de pesquisa de mercado ou academia.
5. Execução de Contrato	O tratamento é necessário para cumprir um contrato ou procedimentos preliminares relacionados ao contrato.	Usada para recolher dados de contato de clientes para fechar um negócio ou enviar um produto/serviço.
6. Exercício Regular de Direitos	O tratamento é necessário para o exercício de direitos em processo judicial, administrativo ou de arbitragem.	Utilizada por equipas jurídicas para preparar defesas ou entrar com ações (como a gestão de disputas com um cliente).
7. Proteção da Vida/Incolunidade Física	O tratamento é necessário para proteger a vida ou a segurança física do titular ou de terceiros.	Situações de emergência médica (ex: dados de contacto de emergência)



Base Legal	Descrição	Relevância no Contexto de Negócios / Público
8. Tutela da Saúde	O tratamento é feito por profissionais ou serviços de saúde, ou autoridade sanitária.	Essencial para hospitais, clínicas e planos de saúde.
9. Legítimo Interesse	Suporta o interesse legítimo do Controlador (sua empresa), desde que não viole os direitos e liberdades fundamentais do titular.	Usada para atividades de suporte, segurança, ou aprimoramento de produtos/serviços. Requer um R.I.P.D. (Relatório de Impacto de Proteção de Dados) para ser validada.
10. Proteção ao Crédito	Para fins de análise de risco de crédito, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.	Usada em empresas que realizam vendas a crédito ou análise de risco de pagamento.

Oswaldo Lirolla

Datacom Soluções
Tecnologia, Governança Digital e Proteção de Dados
CNPJ: 00.364.973/0001-00

